

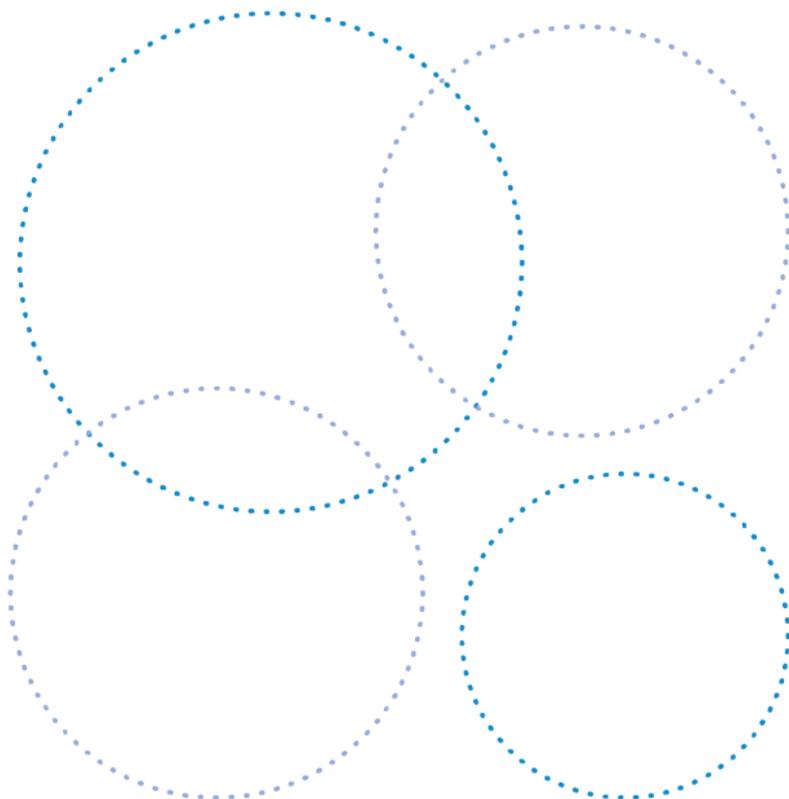
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

2º semestre
2016

Relatório emitido pela Assessoria de Controle Interno (Ascoi) para acompanhamento da aderência da gestão dos recursos garantidores, das premissas e hipóteses atuariais, da execução orçamentária e dos controles internos e gestão de riscos da Fundação.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	3
3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
4 GESTÃO CONTÁBIL.....	15
5 CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	16
6 GESTÃO DO PASSIVO.....	18
7 GOVERNANÇA.....	26
8 PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	27
9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	28
10 CONCLUSÕES.....	32



1. Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises relativas às atividades do **2º semestre de 2016** da Funpresp-Jud, com o objetivo de subsidiar o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – vem estabelecendo regras objetivando a Supervisão Baseada em Risco - SBR, no segmento de previdência complementar fechada, apontando para a necessidade das entidades adotarem uma estrutura de Gestão Baseada em Risco - GBR.

Segundo a Recomendação MPS/CGPC nº 2, de 27 de abril de 2009, a supervisão baseada em risco poderá contar com metodologia que compreenda, dentre outros, a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento da exposição a riscos que possa comprometer a realização dos objetivos da entidade fechada de previdência complementar e de cada plano de benefícios por ela administrado.

Para atender às regras estabelecidas nos normativos vigentes e na metodologia de Supervisão da PREVIC é necessário desenvolver controles internos que permitam às entidades a gestão dos riscos aos quais está exposta dentro de prévia definição dos níveis considerados aceitáveis de exposição, o que varia de acordo com o porte e a complexidade da entidade.

Este relatório está consubstanciado nas informações e nos documentos listados a seguir:

- ✓ Política de Gerenciamento de Riscos;
- ✓ Relatórios mensais das Coordenadorias e da Presidência;
- ✓ Relatórios Trimestrais da Diretoria Executiva;
- ✓ Relatórios de Controles Internos do Conselho Fiscal;
- ✓ Plano de monitoramento dos Indicadores e avaliação do Planejamento Estratégico;
- ✓ Atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; e
- ✓ Relatório de Auditoria dos Patrocinadores 2014 e 2015/2016.

2. Gestão dos Investimentos

Os controles dos investimentos são realizados de modo a monitorar riscos de mercado, de crédito e de liquidez, operacional, legal e sistêmico, bem como para avaliar as rentabilidades, o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e a adequação dos custos com gestão dos investimentos, tudo com vistas ao cumprimento da legislação específica.

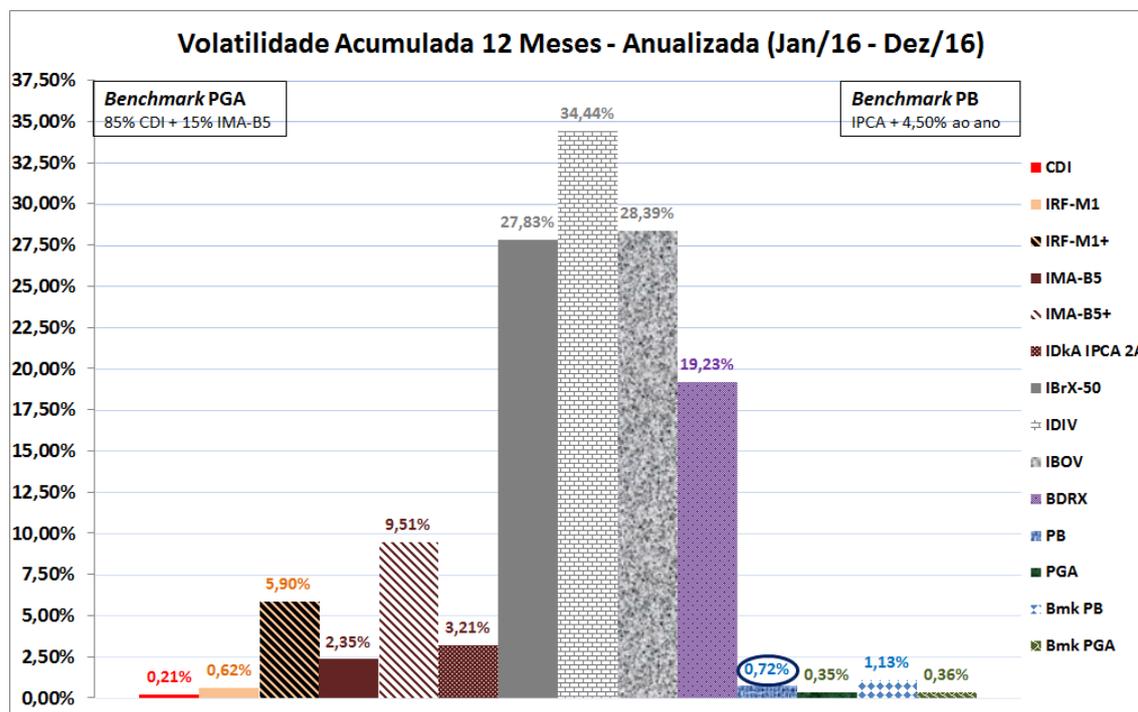
As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos Relatórios de Atividades da Diretoria de Investimentos - Dirin.

2.1. Gestão dos riscos de Mercado, Crédito e Liquidez

A Dirin realiza o monitoramento, avaliação e controle dos riscos inerentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios em títulos e valores mobiliários, o resultado do monitoramento está registrado em relatórios mensais apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Risco de Mercado: a limitação da exposição ao risco de mercado da Fundação se dá pela volatilidade¹ máxima que a carteira pode apresentar, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Gráfico 1: volatilidade acumulada de 12 meses:



* Calculada a partir dos retornos mensais
Fonte: Funpresp-Jud

As volatilidades dos planos permaneceram durante o exercício de 2016 em patamares conservadores, sendo que em dezembro houve redução no PB em relação ao mês anterior (de 0,76% para 0,72%). No caso do PGA, a volatilidade também se reduziu (de 0,41% para 0,35%).

Pode-se notar que a volatilidade assumida pelo PB encontra-se bastante inferior à do seu benchmark (0,72% x 1,13%).

Nos relatórios mensais emitidos pela Diretoria de Investimentos consta tópico específico sobre as medidas de risco de mercado:

¹ **Volatilidade:** Representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento. Calculada a partir dos retornos mensais da carteira de investimentos. Embora não exista um limite estipulado na Política de Investimentos 2016, a Fundação adotou como premissa o limite de 2% (em termos anualizados) em acordo com o Conselho Deliberativo.

- ✓ **(V@R) Valor em Risco:** Máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado. No caso da Fundação, os cálculos foram realizados com a utilização de um horizonte de tempo de 1 dia útil e de 1 mês e grau de confiança de 95%, em linha com a Política de Investimentos 2016. O resultado apresenta o menor retorno mensal esperado com grau de confiança de 95%.
- ✓ **Teste de Estresse (Stress Testing):** Técnica de simulação que permite avaliar o impacto de condições específicas sobre os ativos (e/ou passivos) de uma instituição. Um cenário mais adverso é criado a partir da perspectiva de eventos críticos e que se situam fora da normalidade previsível. Assim, pode-se calcular uma perda esperada para cenários extremos, algo que não é possível pelo V@R. O resultado apresenta o menor retorno mensal esperado em situações de estresse no mercado financeiro.
- ✓ **Volatilidade:** Representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento. Calculada a partir dos retornos mensais da carteira de investimentos verificada no último dia útil de cada período (sendo esta carteira mantida constante para os períodos anteriores). Embora não exista um limite estipulado na Política de Investimentos 2016, a Fundação adotou como premissa o limite máximo de 2% (em termos anualizados) em acordo com o Conselho Deliberativo.

Em julho foram reestimados os parâmetros utilizados para o cálculo dos indicadores de risco dos títulos públicos e privados constantes da Carteira Própria do Plano de Benefícios com vistas a deixar a metodologia mais robusta. O resultado foi uma melhoria nos níveis de V@R e Teste de Estresse comparativamente aos parâmetros anteriormente utilizados. A Volatilidade se manteve praticamente inalterada.

A seguir as tabelas com os resultados do monitoramento durante o exercício de 2016:

Tabela 1: Plano de Benefícios – PB:

Mês	V@R	Teste de Estresse	Volatilidade Anualizada	Carteira
jan/16	0,46%	0,42%	0,76%	98,8% Renda Fixa + 1,2% Exterior
fev/16	0,35%	0,13%	0,90%	98,9% Renda Fixa + 1,1% Exterior
mar/16	0,07%	-0,24%	1,36%	98,1% RF + 0,9% RV + 1,0% Exterior
abr/16	0,53%	0,41%	0,77%	98,15% RF + 0,9% RV + 0,95% Exterior
mai/16	0,57%	0,48%	0,70%	98,30% RF + 0,75% RV + 0,95% Exterior
jun/16	0,59%	0,57%	0,74%	98,45% RF + 0,75% RV + 0,80% Exterior
jul/16	0,71%	0,57%	0,91%	98,45% RF + 0,80% RV + 0,75% Exterior
ago/16	0,75%	0,63%	0,64%	98,6% RF + 0,7% RV + 0,7% Exterior
set/16	0,66%	0,60%	0,63%	98,65% RF + 0,7% RV + 0,65% Exterior
out/16	0,64%	0,50%	0,60%	98,7% RF + 0,7% RV + 0,6% Exterior
nov/16	0,67%	0,54%	0,59%	98,8% RF + 0,6% RV + 0,6% Exterior
dez/16	0,64%	0,56%	0,55%	98,1% RF + 1,0% RV + 0,9% Exterior *

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), Funpresp-Jud

* Renda Fixa = 50,1% IPCA (27,2% em Títulos Públicos: NTN-B Mai/17, Ago/18 e Mai/21; 19,3% em Títulos Privados: Letras Financeiras do Bradesco Nov/17, Abr/18, Dez/18, Abr/19 e Jul/21 e do Banco Safra Mar/19 e Debêntures BNDESPAR Jan/17; 3,6% em Fundos de Investimento IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 45,9% em CDI e

2,0% em Prefixados (1,5% em Títulos Públicos: NTN-F 2023; 0,5% em Fundos de Investimento IRF-M1 e IRF-M1+).

Renda Variável = Fundo de Investimento Ibovespa
 Investimento no Exterior = BDR Nível I

Tabela 2: Plano de Gestão Administrativa – PGA

Mês	V@R	Teste de Estresse	Volatilidade Anualizada	Carteira
jan/16	0,82%	0,76%	0,59%	84,5% CDI + 15,5% IMA-B5
fev/16	0,83%	0,77%	0,57%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5
mar/16	0,83%	0,76%	0,57%	84,8% CDI + 15,2% IMA-B5
abr/16	0,83%	0,76%	0,56%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
mai/16	0,83%	0,77%	0,54%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5
jun/16	0,83%	0,77%	0,54%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5
jul/16	0,83%	0,76%	0,53%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
ago/16	0,84%	0,76%	0,53%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
set/16	0,73%	0,66%	0,57%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
out/16	0,74%	0,67%	0,56%	84,8% CDI + 15,2% IMA-B5
nov/16	0,76%	0,68%	0,54%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
dez/16	0,69%	0,62%	0,59%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), Funpresp-Jud

Outra medida de risco utilizada é a Divergência Não Planejada (DNP), também conhecida como *Tracking Error*. Medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira, sendo o cálculo da DNP mensal e acumulado em 36 meses.

Tabela 3 – DNP PB – acumulada em 12 meses

Mês	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (PB - Bmk)*	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark		
jan/16	1,381%	1,613%	-0,228%	0,35%
fev/16	1,101%	1,191%	-0,088%	0,32%
mar/16	1,089%	0,801%	0,287%	0,27%
abr/16	1,435%	0,917%	0,513%	0,31%
mai/16	1,130%	1,140%	-0,010%	0,31%
jun/16	1,073%	0,725%	0,346%	0,32%
jul/16	1,133%	0,874%	0,257%	0,31%
ago/16	1,249%	0,832%	0,413%	0,32%
set/16	1,055%	0,436%	0,616%	0,31%
out/16	0,768%	0,598%	0,169%	0,31%
nov/16	0,723%	0,520%	0,202%	0,26%
dez/16	1,069%	0,676%	0,390%	0,25%
2016	14,03%	10,82%	2,90%	---

Fonte: Funpresp-Jud

*Foram recalculados os valores da DNP Mensal (PB - Bmk) utilizando juros compostos (ao invés de juros simples) para refletir de maneira mais adequada o indicador.

Tabela 4 – DNP PB – acumulada em 36 meses

Mês	Rentabilidade Nominal Líquida Acumulada em 36 meses		DNP 36 Meses (PB - Bmk)
	PB	Benchmark	
nov/16	42,179%	41,862%	0,223%
dez/16	42,568%	41,714%	0,603%

Fonte: Funpresp-Jud

No caso específico do Plano de Benefícios, a apuração da DNP em 36 meses, teve início em novembro de 2016, momento em que os recursos do PB completaram 36 meses.

Vale destacar que ao final de 2016, o retorno acumulado dos investimentos do Plano de Benefícios nos últimos 36 meses atingiu 42,57%, enquanto o retorno do benchmark do PB ficou em 41,71%.

Foi elevada a diferença positiva de 0,60% da rentabilidade real mínima necessária para que o retorno do Plano de Benefícios fique superior à do seu benchmark, o que a Fundação chama de “linha d’água. Essa diferença deverá ser mantida ou ampliada.

Tabela 5 – DNP PGA – Acumulada em 12 meses

Mês	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (Plano - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	Benchmark		
jan/16	1,330%	1,322%	0,008%	0,01%
fev/16	1,058%	1,063%	-0,005%	0,01%
mar/16	1,095%	1,079%	0,016%	0,01%
abr/16	1,126%	1,107%	0,019%	0,01%
mai/16	1,050%	1,041%	0,010%	0,01%
jun/16	1,111%	1,106%	0,005%	0,01%
jul/16	1,112%	1,102%	0,010%	0,01%
ago/16	1,188%	1,174%	0,017%	0,01%
set/16	1,140%	1,133%	0,007%	0,01%
out/16	0,953%	0,940%	0,013%	0,01%
nov/16	0,943%	0,922%	0,021%	0,01%
dez/16	1,142%	1,142%	0,000%	0,01%
2016	14,08%	13,95%	0,12%	---

Fonte: Funpresp-Jud

Tabela 6 – DNP PGA – Acumulada em 36 meses

Mês	Rentabilidade Nominal Líquida Acumulada em 36 meses		DNP 36 Meses (PB - Bmk)
	PB	Benchmark	
out/16	42,308%	41,885%	0,298%
nov/16	42,652%	42,183%	0,330%
dez/16	43,153%	42,694%	0,322%

Fonte: Funpresp-Jud

No caso específico do Plano de Gestão Administrativa, a apuração da DNP em 36 meses, teve início em outubro de 2016, momento em que os recursos do PGA completaram 36 meses.

Risco de Crédito: as aquisições de títulos privados são precedidas de análise de crédito do emissor, conforme determina a Resolução CMN 3.792, de 2009, e de acordo com as regras estabelecidas na Política de Investimentos da Fundação, a análise é registrada em nota técnica da Diretoria de Investimentos e submetida à Diretoria Executiva.

Risco de Liquidez: a carteira de investimentos atual da Funpresp-Jud, conta apenas com um ativo que apresenta este risco, as letras financeiras, que são marcados pela curva, tendo sido comprovadas a intenção e a capacidade de manutenção desses títulos até o seu vencimento, respeitados os compromissos financeiros do Plano de Benefícios - PB.

2.2. Da Política de Investimentos - 2016

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Política de Investimentos 2016 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 11ª Sessão Extraordinária, realizada em 02/12/2015, e alterada na 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 02/03/2016, encaminhadas à PREVIC em 17/12/2015 e 03/03/2016, respectivamente, em atendimento aos normativos vigentes.

2.3. Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos 2016

A seguir as tabelas acerca dos limites, alocação objetivo e posição da carteira de investimentos da Funpresp-Jud em 31/12/2016:

Tabela 7 – Plano de Benefícios – PB

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2016	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PB				Benchmark
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)	
Renda Fixa	98,10%	90%	80%	100%	100%	IPCA + 4,5% ao ano
Renda Variável	1,00%	5%	0%	10%	70%	
Investimentos Estruturados	0%	2%	0%	5%	20%	
Investimentos no Exterior	0,90%	3%	0%	5%	10%	

Fonte: Funpresp-Jud

Tabela 8 - Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2016	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PGA				Benchmark
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)	
Renda Fixa	100,00%	100%	100%	100%	100%	85% DI – Depósito Interfinanceiro e 15% em IMA-B5

Fonte: Funpresp-Jud

2.4. Resultado dos Investimentos

A carteira de investimentos do PB finalizou o exercício de 2016 com aproximadamente 98,1% dos recursos em Renda Fixa, 1,0% em Renda Variável e 0,9% em Investimento no Exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 50,1% em IPCA (27,2% em Títulos Públicos: NTN-B Mai/17, Ago/18 e Mai/21; 19,3% em Títulos Privados: Letras Financeiras do Bradesco Nov/17, Abr/18, Dez/18, Abr/19 e Jul/21 e do Banco Safra Mar/19 e Debêntures BNDESPAR Jan/17; 3,6% em Fundos de Investimento IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 45,9% em CDI e 2,0% em Prefixados (1,5% em NTN-F; 0,5% Fundos de Investimento IRF-M1 e IRF-M1+).

No acumulado de 2016, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo Plano de Benefícios foi de 14,03% ante 14,00% do CDI e 10,82% do benchmark do PB no mesmo período. Já a rentabilidade real líquida se elevou para 7,29%, tendo em vista que o IPCA alcançou 6,29% no período analisado.

A carteira de investimentos do PGA finalizou o exercício de 2016 com 100% dos recursos em Renda Fixa.

No acumulado de 2016, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo PGA foi de 14,08% ante 14,00% do CDI e 13,95% do benchmark do PGA. Já a rentabilidade real líquida se elevou para 7,33%.

A seguir as tabelas demonstrando os resultados do PB e do PGA no exercício de 2016:

Tabela 9 – Rentabilidade Nominal

Mês	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
jan/16	1,39%	0,01%	1,38%	1,35%	0,02%	1,33%
fev/16	1,15%	0,05%	1,10%	1,08%	0,02%	1,06%
mar/16	1,11%	0,02%	1,09%	1,12%	0,02%	1,10%
abr/16	1,48%	0,05%	1,44%	1,15%	0,02%	1,13%
mai/16	1,14%	0,01%	1,13%	1,07%	0,02%	1,05%
jun/16	1,09%	0,01%	1,07%	1,13%	0,02%	1,11%
jul/16	1,15%	0,02%	1,13%	1,13%	0,02%	1,11%
ago/16	1,26%	0,01%	1,25%	1,21%	0,02%	1,19%
set/16	1,07%	0,01%	1,06%	1,16%	0,02%	1,14%
out/16	0,78%	0,01%	0,77%	0,97%	0,02%	0,95%
nov/16	0,73%	0,01%	0,72%	0,96%	0,02%	0,94%
dez/16	1,08%	0,01%	1,07%	1,16%	0,02%	1,14%
2016	14,29%	0,26%	14,03%	14,36%	0,28%	14,08%

Fonte: Funpresp-Jud

* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Tabela 10 – Rentabilidade Real

Mês	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
jan/16	0,11%	0,06%	-0,21%	0,34%	0,05%
fev/16	0,20%	0,16%	0,10%	0,29%	0,16%
mar/16	0,66%	0,66%	0,73%	0,37%	0,65%
abr/16	0,82%	0,51%	0,44%	0,31%	0,49%
mai/16	0,35%	0,27%	0,32%	0,36%	0,26%
jun/16	0,72%	0,76%	0,81%	0,37%	0,75%
jul/16	0,61%	0,59%	0,58%	0,35%	0,58%
ago/16	0,81%	0,74%	0,77%	0,39%	0,73%
set/16	0,97%	1,06%	1,03%	0,36%	1,05%
out/16	0,51%	0,69%	0,79%	0,34%	0,68%
nov/16	0,54%	0,76%	0,86%	0,34%	0,74%
dez/16	0,77%	0,84%	0,82%	0,37%	0,84%
2016	7,29%	7,33%	7,25%	4,26%	7,21%

Fonte: Funpresp-Jud

a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano

b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5

c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

2.5. Custos na Gestão dos Investimentos

Em 02 de março de 2017 a Diretoria Executiva, consubstanciada na Nota Técnica nº 13, da Diretoria de Investimentos aprovou os custos dos investimentos incorridos no 2º semestre de 2016.

Consta da Nota Técnica da Dirin a discriminação das taxas de Administração dos Fundos Abertos e os custos explícitos e implícitos incorridos pela Funpresp-Jud durante o 2º semestre de 2016, segregados por plano, conforme tabelas a seguir:

Tabela 11 – Taxa de Administração Fundos Abertos

Fundo de Investimento	Taxa de Administração (a.a.)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	0,20%
BB Institucional Federal FIC RF LP	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	0,30% *
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	0,20%
BB Ações BDR Nível I	0,80% **
FI Caixa Brasil Referenciado DI LP	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IRF-M 1+ Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP	0,20%
FIA Caixa Brasil Ibovespa	0,50%
FIA Caixa Institucional BDR Nível I	0,70%

* Foi utilizado o valor máximo de referência do regulamento para a taxa, tendo em vista que o fundo aplica mais de 95% em cotas de outros fundos.

** Foi utilizado um valor intermediário em relação ao estabelecido no regulamento (entre 0,70% e 0,97%) para a taxa, tendo em vista que atualmente o fundo aplica um percentual ainda reduzido do seu patrimônio em cotas de outros fundos.

Tabela 12 – Custos dos Investimentos no 2º Semestre de 2016

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
CETIP	2.715,38	-0,02%	7.334,15	-0,02%
SELIC	129,96	0,00%	424,83	0,00%
Custodiante Qualificado	633,11	0,00%	1.535,82	0,00%
Negociações com Títulos	-	-	7.181,33	-0,01%
Subtotal "Explícitos"	3.478,45	-0,02%	16.402,22	-0,04%
Taxa de Administração	-	-0,11%	-	-0,05%
TOTAL *	-	-0,13%	-	-0,09%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela Dirin apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa

forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Os custos incorridos pela Funpresp-Jud no 2º semestre de 2016, relativamente aos investimentos, foram equivalentes a redução de 0,13% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa, igualmente ao 1º semestre de 2016, já para o Plano de Benefícios a redução na rentabilidade foi de 0,09%, menor que a redução do primeiro semestre de 2016, que havia sido de 0,15%.

Comentários

Verifica-se que em conformidade com o item 14 do anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Diretoria Executiva apresenta aos Conselhos Deliberativo e Fiscal a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicação, bem como as taxas de administração, e todos os demais custos incorridos com a administração própria e terceirizada dos investimentos.

Constata-se que não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Os limites globais e de diversificações dos enquadramentos das alocações de recursos estão aderentes às normas em vigor e à Política de Investimentos 2016.

As rentabilidades alcançadas e o resultado econômico dos investimentos do PB e do PGA são devidamente acompanhados pelos órgãos estatutários.

Relevante destacar que o processo decisório de investimentos considera a conjuntura econômica, a política interna e externa e avalia a repercussão no preço e rentabilidade dos ativos.

Além disso, foi analisado por esta Ascoi o Processo nº 00.082/2016, que contém todos documentos de controle de investimentos pertinentes as operações realizadas na carteira própria da Fundação, constatando-se a conformidade operacional das operações realizadas na carteira própria durante o exercício de 2016.

3. Gestão orçamentária

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e os desvios fora do padrão devem ser justificados.

As despesas administrativas são os gastos realizados pela Fundação na administração do Plano de Benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, incluídas as despesas de investimentos, tais como salários e encargos com pessoal, treinamentos, viagens e estadias, serviços de terceiros, despesas gerais e outras.

3.1. Execução orçamentária

O orçamento de 2016 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 8ª sessão extraordinária, ocorrida em 19 de novembro de 2015.

Ao longo do ano de 2016 foram efetivadas várias medidas com o objetivo de reduzir as despesas de funcionamento da Funpresp-Jud, resultando em uma economia da ordem de R\$ 989 mil, pois R\$ 403.949,88 foram despesas extraordinárias do concurso público cobertas pela taxa de concurso.

A seguir os dados acumulados do exercício de 2016, comparando o orçamento previsto com o realizado:

Tabela 13 – realização orçamentária de 2016

Rúbrica	Orçamento (R\$ 1,00)		F/E	F – E
	Previsto (E)	Realizado (F)	(%)	R\$ 1,00
Despesas Administrativas (D)	9.133.816	8.548.401	93,59%	(585.415)
Pessoal e Encargos	6.391.480	6.326.215	98,98%	(65.265)
Serviços de Terceiros	506.082	655.306	129,49%	(149.224)
Treinamento	195.916	111.689	57,01%	(84.227)
Diárias e Passagens	167.025	94.309	56,46%	(72.716)
Outras Despesas	1.680.813	1.192.928	70,97%	(487.885)
PDTI	192.500	167.954	87,25%	(24.546)

Verifica-se que todas as rubricas apresentaram execução orçamentária inferior ao programado para o período. Consta dos relatórios de acompanhamento orçamentário, emitido pela COAFI/ DIRAD as seguintes justificativas para os desvios apresentados em cada rubrica:

Pessoal e Encargos: esta rubrica tem pouca flexibilidade para redução, mas ainda assim foi gerada uma economia de aproximadamente R\$ 65,2 mil.

Serviços de Terceiros: inclui a despesa com R\$ 242.370,00 para pagamento de 60% e provisão de 40% no valor de R\$ 161.579,88 de despesas com o concurso público, cobertas por receitas extraordinárias de taxa de concurso, devendo ser liquidada a provisão no primeiro trimestre de 2017.

Treinamento: a economia decorreu de custos realizados com certificação e treinamentos de conselheiros, dirigentes e empregados em comissão inferiores ao planejado. Além disso, alguns treinamentos foram realizados na Escola Nacional de Administração Pública –ENAP e Escola do Ministério Público da União – ESMPU sem custo para fundação.

Diárias e Passagens: mantém correlação com a rubrica de treinamento.

Outras Despesas: o grupo que abrange contratos e aquisições, e apresenta maior margem de redução de despesas e foi possível gerar uma economia aproximada de R\$ 487 mil.

PDTI: houve a inclusão de R\$ 85.745,42 referentes a ordens de fornecimento emitidas em 2016 e provisionadas para liquidação em janeiro de 2017.

3.2. Custeio Administrativo

O Custeio Administrativo (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da taxa de carregamento – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais, exceto sobre as contribuições facultativas, arrecadadas mensalmente; ii) dos resultados financeiros de aplicações – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; e iii) do aporte inicial a título de adiantamento de contribuições futuras.

Mensalmente, após a apuração das despesas administrativas e das receitas do PGA (Taxa de carregamento + resultado positivo dos investimentos do PGA), é identificado o valor necessário à cobertura das despesas do mês que será apropriado do empréstimo dos patrocinadores.

Conforme definido nos protocolos de compromissos firmados entre a Funpresp-Jud e o Ministério Público da União - MPU e o Supremo Tribunal Federal - STF, o montante aportado – empréstimo dos patrocinadores – é atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir da data em que o recurso foi creditado na conta corrente da Funpresp-Jud, tendo como termo final a data em que ocorrerá a compensação da última parcela.

3.3. Indicadores de gestão

A mensuração dos indicadores de gestão propicia identificar e confrontar o valor per capita da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação de receitas para fazer face às despesas administrativas para o funcionamento da Fundação.

Tabela 14 – indicadores de gestão - base informações contábeis de 12 meses

Indicadores / Itens	∑ 12 meses 2015 (F)	∑ 12 meses 2016 (G)	(G/F-1) (%)	G – F
Participantes (A) – Un. ⁽¹⁾	4.092	6.934	69,5	2.842
Ativo Total (B) – R\$ 1,00 ⁽¹⁾	48.720.304	93.149.963	91,2	44.429.659
Taxa de Carregamento (C) – R\$ 1,00	1.427.880	2.791.583	95,5	1.363.704
Fluxo de Investimento PGA (D) – R\$ 1,00	2.728.605	2.381.107	(12,7)	(347.498)
Despesas Administrativas (E1+E2)–R\$ 1,00	11.410.738	10.484.067	(8,1)	(926.671)
Despesa de Funcionamento (E ₁)	8.396.911	8.522.338	1,5	125.427
Despesa Financeira (E ₂) ⁽²⁾	3.013.827	1.961.729	(34,9)	(1.052.098)
I 1 (R\$ 1,00) Arrecadação Média (C/A)	349	403	15,4	54
I 2 (R\$ 1,00) - Despesa per capita (E/A)	2.789	1.512	(45,8)	(1.277)
I 2B Receita per capita (C+D/A)	1.016	746	(26,6)	(270)
I 3 (%) de Despesa sobre Ativo Total (E/B)	23,4%	11,3%	(51,9)	(12,2)
I 4 (%) Despesa sobre receita (E/C+D)-(%)	274,5%	202,7%	(26,2)	(71,8)

⁽¹⁾ Número do fim do período de apuração.

⁽²⁾ Despesa decorrente de atualização/correção pelo IPCA de empréstimo dos patrocinadores.

Os resultados dos indicadores de gestão indicam que a Funpresp-Jud caminha rumo ao ponto de equilíbrio, apresentando uma redução da despesa per capita de 45,8% em dezembro de 2016, considerando o acumulado dos últimos 12 meses, superior à meta de 30% acordada para o ano.

Além disso, identifica-se uma redução da despesa sobre o ativo na ordem de 51,9% e do indicador despesa sobre receita no montante de 26,2%, registrando um índice de 202,7%, o que significa haver um caminho longo a ser percorrido até que as despesas de funcionamento, atualmente na ordem de R\$ 8,5 milhões, sejam cobertas pelo ingresso de receitas operacionais oriundos da taxa de carregamento, atualmente na ordem de R\$ 2,8 milhões.

Comentários

Vale ressaltar que, em atendimento ao art. 19 do Regulamento do PGA, o Conselho Fiscal acompanhou e controlou a execução orçamentária e os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos.

Após análise dos relatórios de Execução Orçamentária, elaborados pela COAFI/DIRAD, os Relatórios do 3º e 4º trimestres da Diretoria Executiva, e das atas dos órgãos estatutários, percebe-se que a execução orçamentária do exercício de 2016 foi realizada de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

4. Gestão contábil

A contabilização mensal é individualizada por Plano de Benefícios (PB) e Plano de Gestão Administrativa (PGA), representada pelas demonstrações consolidadas, conforme o disposto na Resolução CNPC 8/2011 e Instrução 34/2009.

A seguir a demonstração do balanço patrimonial em 31/12/2016, comparativamente ao mês anterior.

ATIVO		PASSIVO				R\$	
	Dezembro/2016	Novembro/2016	Var%		Dezembro/2016	Novembro/2016	Var%
DISPONÍVEL	0,01	133.002,19	↓ -100,00%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	16.476.147,05	17.103.437,65	↓ -3,67%
REALIZÁVEL	93.057.035,38	85.659.468,06	↑ 8,64%	Gestão Previdencial	33.503,76	5.763,57	↑ 481,30%
Gestão Administrativa	88.367,82	59.596,90	↑ 48,28%	Gestão Administrativa	16.441.687,49	17.096.718,28	↓ -3,83%
Investimentos	92.968.667,56	85.599.871,16	↑ 8,61%	Gestão Investimentos	955,80	955,80	↑ 0,00%
Títulos Públicos	22.085.249,26	21.797.905,56	↑ 1,32%	PATRIMÔNIO SOCIAL	76.673.815,52	68.789.702,10	↑ 11,46%
Créditos Privados e Depósitos	14.798.700,08	14.680.794,77	↑ 0,80%	Patrimônio de Cobertura do Plano	76.580.888,34	68.657.666,54	↑ 11,54%
Fundos de Investimento	56.084.718,22	49.121.170,83	↑ 14,18%	Provisões Matemáticas	76.580.888,34	68.657.666,54	↑ 11,54%
PERMANENTE	92.927,18	100.669,50	↓ -7,69%	Benefícios a Conceder	76.580.888,34	68.657.666,54	↑ 11,54%
Imobilizado	92.927,18	100.669,50	↓ -7,69%	Fundos	92.927,18	132.035,56	↓ -29,62%
				Fúndos Previdenciais	92.927,18	31.366,06	↑ 196,27%
				Fúndos Administrativos	92.927,18	100.669,50	↓ -7,69%
Total do Ativo	93.149.962,57	85.893.139,75	↑ 8,45%	Total do Passivo	93.149.962,57	85.893.139,75	↑ 8,45%

Fonte: Balancetes em 30/12/2016 – Coordenadoria de Contabilidade

Mensalmente esta Assessoria analisa os balancetes contábeis emitidos pela Coordenadoria de Contabilidade – CCONT. Os resultados da conferência estão registrados em manifestações específicas, encaminhadas à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para providências e acompanhamento.

Durante as análises realizadas no 2º semestre de 2016, não foram verificadas inconsistências das apropriações e dos lançamentos contábeis nos balancetes do Plano de Benefícios - PB, do Plano de

Gestão Administrativa – PGA e do Consolidado, bem como verifica-se a adequação das conciliações realizadas, e a conformidade às normas vigentes.

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios emitidos pela Diretoria de Administração para acompanhamento das Demonstrações Contábeis, denominado RDEC, nos quais são demonstrados a evolução do patrimônio, das receitas e despesas administrativas; a contabilização do empréstimo do patrocinador; o cumprimento das obrigações acessórias à contabilidade; e o acompanhamento dos indicadores.

Comentários

Do ponto de vista da gestão contábil, nota-se um constante aprimoramento das rotinas e dos controles, e conclui-se que as apropriações e os lançamentos contábeis foram efetuados com base em documentos idôneos, de forma clara, com a identificação do fato contábil, contendo os detalhamentos necessários ao seu registro e que, durante o exercício de 2016, os balancetes foram encaminhados à PREVIC nos prazos legais estabelecidos pela Instrução MPS/PREVIC nº 34, de 2009.

Importante relembrar a entrada em produção do módulo de cotização do sistema Trust, o que ocorreu a partir de 1º de agosto de 2016, já com a apuração da cota previdencial.

Conforme citado no relatório de controles internos do 1º semestre de 2016, foi editada a Orientação Interna PRESI/GABIN nº 04, de 06 de dezembro de 2016, que dispõe sobre procedimentos operacionais e prazos de encerramento de processos de trabalho que antecedem as demonstrações contábeis, e revogou a Orientação Interna PRESI/GABIN nº 05/2015, o que se justifica pelo aperfeiçoamento dos procedimentos da operacionalização do sistema integrado TrustPrev.

A entrada em produção do módulo cotização garantiu maior segurança ao processo de contabilização dos ativos e passivos, haja vista que após o fechamento do módulo cotização nenhuma área consegue alterar os registros anteriormente lançados, salvo sob justificativa para reabertura do módulo de cotização pela Coordenadoria de Contabilidade, o que demonstra o amadurecimento dos controles internos dos processos das áreas envolvidas.

5. Contratos e licitações

Durante o 2º semestre de 2016, foram realizadas contratações e aquisições de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação.

Apresentamos a seguir as tabelas das aquisições e contratações.

Tabela 15 - Aquisições

Fornecedor	Processo	OF - Valor	Finalidade	Modalidade
Dezembro				
MCR Sistemas e Consultoria Ltda	00.089/2015	52/2016 R\$ 2.300,00	Renovação Licença Adobe Creative	Dispensa
Global Distribuidora de Bens de consumo Ltda	00.057/2016	35/2016 R\$ 5.500,00	Notebook Ultrabook HP	Registro de preços
Suporte Manutenção de Computadores Ltda – Me	00.078/2016	53/2016 R\$ 4.800,00	25 unidades de Disco Rígido Removível	Registro de preços
Cia Nacional de Peças Ltda	00.078/2016	54/2016 R\$ 283,50	10 unidades de Teclado de Microcomputador	Registro de preços
Elza Santos da Silva Souza (589.436.501-59)	00.078/2016	55/2016 R\$ 297,00	10 unidades de mouses	Registro de preços
Vixbot Soluções em Informática Ltda – Epp	00.078/2016	56/2016 R\$ 12.494,88	25 unidades de Monitor LCD – LED - 25' / Monitor de vídeo LED	Registro de preços
Netsciense Tecnologia Ltda – Epp	00.078/2016	57/2016 R\$ 6.000,00	10 unidades de aparelhos telefônicos Volp	Registro de preços
Agem Tecnologia e Comércio Ltda – Epp	00.078/2016	58/2016 R\$ 500,00	10 unidades de microfones	Registro de preços
Scorpion Informática Ltda – Me	00.078/2016	59/2016 R\$ 480,00	3 unidades de câmera web	Registro de preços
Tecnetworking Serviços e Soluções Em TI Ltda – Me	00.078/2016	60/2016 R\$ 6.198,00	2 unidades de Banco de dados MS-SQL	Registro de preços
Pisontec Licenciamento de Software Eirelli – Epp	00.078/2016	61/2016 R\$ 73.654,90	40 unidades de acumuladores de Tensão Windows Server 2016 36 unidades de MS Office Standard 2016 2 unidades de MS Office Professional 2016 40 unidades de CALs Microsoft	Registro de preços

Não ocorreram aquisições nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2016.

Tabela 16 - Contratações

Contratada	Processo	Valor	Finalidade	Modalidade
agosto				
Simpres Comercio, Locação e Serviços S.A.	00.053/2016	R\$ 75.571,74	Serviços de impressão corporativa	Ata de registro de preços
Nova Planalto Serviços Gerais Ltda - EPP	00.044/2016	R\$ 126.867,49	Serviços de recepção, copeiragem e limpeza e conservação	Pregão Eletrônico
Novembro				
Pasqualetto, Rosa e Prattes – PRP Soluções Contábeis Ltda	00.054/2016	R\$ 19.116,00	Operação e execução da folha de pagamentos	Ata de registro de preços
Dezembro				
CSC Brasil Sistemas Ltda	00.071/2016	R\$ 20.428,13	Aquisição de licença de uso do software e atualização da licença e suporte técnico do software BI Tableau	Convite

Não ocorreram contratações e aditivos nos meses de julho, setembro e outubro de 2016.

Comentários

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios elaborados pela Diretoria de Administração e pela Coordenadoria de Administração e Finanças - COAFI, denominados RCON, para acompanhamento da execução orçamentária e dos processos de compras e contratações, encaminhados ao conhecimento dos órgãos estatutários.

Constata-se a integração entre as áreas técnicas proponentes, a COAFI e a Assessoria Jurídica - ASJUR referente aos procedimentos licitatórios e de compras e contratação.

Em atendimento ao princípio da transparência, todos os documentos referentes aos processos de licitação do 2º semestre de 2016 foram disponibilizados no site da Funpresp-Jud.

6. Gestão do Passivo

O passivo atuarial representa as obrigações e os compromissos da Entidade, composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais, sendo de suma importância o seu controle para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios.

6.1. Informações cadastrais

Em 31 de dezembro de 2016, a Funpresp-Jud não possuía participantes assistidos ou beneficiários em gozo de benefício concedido pelo Plano de Benefícios. A seguir serão apresentadas as informações estatísticas da massa de participantes em 31/12/2016.

Tabela 18. Distribuição dos participantes por categoria

SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
PATROCINADO	3.384	3.304	6.688
VINCULADO	54	140	194
NO PRAZO OPÇÃO INSTITUTOS	15	28	43
AUTOPATROCINADO	3	6	9
TOTAL	3.456	3.478	6.934

Tabela 17. Evolução mensal das adesões

MÊS/ANO	PATROCINADO	VINCULADO	AUTOPATROCINADO	NO PRAZO DE OPÇÃO PELOS INSTITUTOS*	TOTAL
Saldo 2015	3967	98	6	21	4092
jan/16	310	2	-2	8	318
fev/16	285	1	3	-1	288
mar/16	63	9	1	-3	70
abr/16	119	3	0	1	123
mai/16	75	5	0	-7	73
jun/16	99	6	1	28	134
jul/16	114	15	0	-1	128
ago/16	89	9	0	4	102
set/16	342	9	0	9	360
out/16	298	6	0	-2	302
nov/16	466	21	0	-4	483
dez/16	461	10	0	-10	461
Acumulado 2016	2.721	96	3	22	2.842
TOTAL	6.688	194	9	43	6.934

Fonte: RARC 12 – Arrecadação e Cadastro – dezembro/2016

*Reflete a movimentação de participantes que estão no prazo ou já fizeram a opção por um dos institutos (autopatrocínio, do benefício proporcional diferido, da portabilidade e do resgate).

Tabela 19. Distribuição dos participantes por sexo e grupo de idade

ESCALA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
18 a 21	85	112	197
22 a 25	2	2	4
26 a 29	10	10	20
30 a 33	20	29	49
34 a 37	54	44	98
38 a 41	72	101	173
42 a 45	123	176	299
46 a 49	270	279	549
50 a 53	598	594	1.192
54 a 57	1.011	882	1.893
58 a 61	999	899	1.898
62 a 71	202	325	527
66 a 70	10	25	35
TOTAL	3.456	3.478	6.934

Fonte: RARC 12 – Arrecadação e Cadastro – dezembro/2016

Verificou-se em 31/12/2016 a superação das metas de participantes patrocinados (6.035) e vinculados (182) para o exercício de 2016.

Tabela 20: distribuição de participantes por patrocinador em 31/12/2016:

Patrocinador	Quantidade de participantes	Percentual	Patrocinador	Quantidade de participantes	Percentual
MPF	869	12,53%	TREAM	27	0,39%
TJDFT	526	7,59%	SJPE	26	0,37%
TRT2	492	7,10%	TREPA	24	0,35%
TRT1	361	5,21%	TREPE	24	0,35%
MPT	320	4,61%	SJBA	23	0,33%
TRT15	235	3,39%	TRERO	23	0,33%
MPDFT	233	3,36%	TRERS	22	0,32%
STJ	193	2,78%	SJDF	21	0,30%
TST	181	2,61%	SJES	20	0,29%
TRT3	153	2,21%	TRECE	20	0,29%
TRT4	151	2,18%	SJMT	18	0,26%
TRT8	141	2,03%	TRF5	17	0,25%
TRT18	139	2,00%	SJMS	16	0,23%
SJSP	134	1,93%	TREPB	16	0,23%
SJRJ	133	1,92%	TRESC	16	0,23%
TRT10	130	1,87%	SJRR	15	0,22%
TRT9	124	1,79%	TRT19	15	0,22%
TREMG	116	1,67%	TRT21	15	0,22%
TRT12	107	1,54%	CJF	14	0,20%
STF	96	1,38%	TREAP	14	0,20%

TRF3	86	1,24%	TRESE	14	0,20%
TRERJ	80	1,15%	SJAP	13	0,19%
TRT23	79	1,14%	TRT24	13	0,19%
TRESP	75	1,08%	MPM	12	0,17%
CNMP	72	1,04%	SJMA	12	0,17%
SJRS	72	1,04%	SJRO	12	0,17%
TRT6	70	1,01%	TRT13	12	0,17%
TSE	70	1,01%	SJAM	11	0,16%
CNJ	67	0,97%	SJTO	10	0,14%
TRT14	67	0,97%	TRERR	10	0,14%
TRT5	66	0,95%	ESMPU	9	0,13%
TREPR	58	0,84%	TREBA	9	0,13%
TRT16	57	0,82%	TREMS	8	0,12%
TREMA	56	0,81%	TREDF	7	0,10%
SJPR	55	0,79%	TREMT	7	0,10%
SJMG	53	0,76%	TRT20	7	0,10%
TRF2	53	0,76%	SJRN	6	0,09%
TRF1	45	0,65%	SJSE	6	0,09%
SJCE	37	0,53%	TRERN	6	0,09%
TRT11	36	0,52%	TRT22	6	0,09%
SJPB	33	0,48%	SJGO	5	0,07%
TREGO	33	0,48%	TREAC	5	0,07%
SJSC	31	0,45%	SJAC	4	0,06%
TRF4	31	0,45%	SJPI	3	0,04%
SJPA	30	0,43%	TREES	3	0,04%
STM	29	0,42%	SJAL	2	0,03%
TRT17	29	0,42%	TRETO	2	0,03%
TREPI	28	0,40%	TRT7	2	0,03%
			Total	6934	100,00%

6.2. Informações financeiras

A seguir estão apresentados os valores mensais e acumulados da arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, das contribuições facultativas, do pagamento de multa de contribuições em atraso e das entradas de portabilidade, no período de janeiro a dezembro de 2016.

Tabela 21. Arrecadação mensal participante e patrocinador

Mês	Arrecadação
jan/16	R\$ 2.524.347,51
fev/16	R\$ 2.453.868,93
mar/16	R\$ 2.862.368,87
abr/16	R\$ 2.989.392,75
mai/16	R\$ 2.745.153,50
jun/16	R\$ 2.715.954,75
jul/16	R\$ 2.862.992,27
ago/16	R\$ 3.672.968,06
set/16	R\$ 3.790.731,28
out/16	R\$ 3.994.607,55
nov/16	R\$ 5.900.633,16
dez/16	R\$ 7.663.797,92
Total	R\$ 44.176.816,55

A arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, no período de janeiro a dezembro de 2016 totalizou R\$ 39,5 milhões, conforme a seguir.

Tabela 22. Arrecadação mensal das contribuições normais dos participantes e patrocinadores

MÊS	PATROCINADOR	PARTICIPANTE	DIFERENÇA
jan/16	R\$ 1.068.480,43	R\$ 1.068.184,48	R\$ 295,95
fev/16	R\$ 1.117.231,07	R\$ 1.117.031,95	R\$ 199,12
mar/16	R\$ 1.165.142,42	R\$ 1.164.932,46	R\$ 209,96
abr/16	R\$ 1.205.234,31	R\$ 1.205.238,10	-R\$ 3,79
mai/16	R\$ 1.230.074,75	R\$ 1.230.074,74	R\$ 0,01
jun/16	R\$ 1.228.301,13	R\$ 1.228.335,54	-R\$ 34,41
jul/16	R\$ 1.236.126,43	R\$ 1.241.833,28	-R\$ 5.706,85
ago/16	R\$ 1.673.102,68	R\$ 1.667.328,03	R\$ 5.774,65
set/16	R\$ 1.645.414,52	R\$ 1.654.811,11	-R\$ 9.396,59
out/16	R\$ 1.783.522,52	R\$ 1.779.807,85	R\$ 3.714,67
nov/16	R\$ 2.684.244,34	R\$ 2.712.735,87	-R\$ 28.491,53
dez/16	R\$ 3.548.085,66	R\$ 3.518.222,81	R\$ 29.862,85

Fonte: Relatórios de Arrecadação e Cadastro de 2016

- ✓ Abril e Junho: referem-se basicamente às devoluções de rentabilidade decorrente dos cancelamentos das adesões automáticas.
- ✓ Julho: SJPA e TRF2 repassaram contribuição da parte patronal apenas em agosto e TRF5 repassou apenas parte patronal de acertos anteriores.
- ✓ Agosto: SJPA, TRF2 e TRT1 repassaram parte patronal de competências anteriores e os patrocinadores MPF, SJRR, TRERR e TRF1 fizeram repasses a menor de pequenos valores compensados de meses anteriores.
- ✓ Setembro: TRT5 repassou parte patronal apenas em outubro/2016 e foram considerados as contribuições normais autopatrocinadas dos participantes.
- ✓ Outubro: referente a acertos de meses anteriores e um patrocinador não realizou o repasse da contribuição patronal de outubro/2016, contudo já foi notificado.

- ✓ Novembro e dezembro: referente a acertos de meses anteriores e um patrocinador não realizou o repasse da contribuição patronal de outubro/2016, contudo já foi notificado.

Segundo os relatórios emitidos pela Diseg, foi verificada a paridade das contribuições entre participante e patrocinador, e mensalmente foram apresentadas as justificativas para as diferenças encontradas.

6.3. Consistências financeiras

Em dezembro/2016 a Funpresp-Jud notificou 86 patrocinadores, por meio do Ofício Circular 15/DISEG, de 28/11/2016, solicitando esclarecimentos e providências sobre divergências apuradas no processo de consistência cadastral realizado pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), foram verificadas 3 tipos de inconsistências com 2.347 ocorrências.

Destaca-se que dentre as notificações estão os registros das pendências do Ofício Circular 3/DISEG, de 29 de outubro de 2015.

Tabela 23: inconsistências verificadas

Inconsistências financeiras	Quantidade
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261
Nunca houve contribuição	8
Ausência de contribuição no mês	2078
Total Geral	2347

Até o fechamento da arrecadação do mês de dezembro de 2016, 36 patrocinadores haviam respondido por ofício o teor da notificação expedida pela Fundação. Foi constatado durante o processamento das contribuições recebidas em janeiro de 2017 que alguns patrocinadores realizaram o acerto das contribuições e não informaram a Fundação por ofício, os resultados estão sendo acompanhados e apurados pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro, para registro nos relatórios mensais da área.

6.4. Informações atuariais e de benefícios

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

No Parecer Atuarial emitido em 27 de março de 2015, o atuário da Fundação concluiu que “o plano de benefícios previdenciários administrado pela Funpresp-Jud atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos”.

Tabela 24 - Mortalidade

Sexo	Esperado 2015	Observado	Esperado 2016
Masculino	0,487	0	1,527
Feminino	0,263	0	0,983
Total	0,750	0	2,510

Tabela 25 - Entrada em invalidez

Sexo	Esperado 2015	Observado	Esperado 2016
Masculino	0,674	0	1,823
Feminino	0,601	0	1,824
Total	1,275	0	3,647

A seguir estão apresentadas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas em 2014 e 2015, e mantidas em 2016:

Tabela 26- Hipóteses atuariais

Hipóteses atuariais	2016
Taxa real de juros	4% a.a.
Crescimento real de salários	0%
Crescimento real de benefícios	0%
Fator de determinação do valor real dos salários	100%
Fator determinação do valor real dos benefícios	100%
Rotatividade	0%
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Geracional, por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49-Male
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 20%

Destaca-se que o percentual apurado de 15,02%, destinado à formação do FCBE na avaliação atuarial de 2015, foi o mesmo apresentado na avaliação do ano de 2014. Dessa forma, em função do custeio ter se confirmado pelo segundo ano consecutivo, o atuário sugeriu em seu parecer atuarial a alteração do plano de custeio a partir de 2016, com a devida redução de 15,35% para 15,02%. Descontada a taxa de carregamento de 7,00% e o FCBE de 15,02%, o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 77,98%. A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, e vigora desde de 1º de abril de 2016, início da vigência do plano de custeio anual.

6.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas mensalmente pela Coordenadoria de Atuária e de Benefícios, após a realização das análises e consistências das informações cadastrais e financeiras disponíveis no sistema previdencial.

Tabela 27. Evolução das provisões matemáticas, no período de janeiro a dezembro de 2016.

Competência	Benefícios a Conceder (RAN + RAS)	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano (RAN + RAS + FCBE)
jan/16	R\$ 27.397.548	R\$ 4.551.801	R\$ 31.949.350
fev/16	R\$ 29.661.193	R\$ 4.943.469	R\$ 34.604.662
mar/16	R\$ 32.320.017	R\$ 5.347.680	R\$ 37.667.697
abr/16	R\$ 35.206.065	R\$ 5.818.739	R\$ 41.024.804
mai/16	R\$ 37.781.431	R\$ 6.255.783	R\$ 44.037.214
jun/16	R\$ 40.358.804	R\$ 6.697.325	R\$ 47.056.128
jul/16	R\$ 43.094.352	R\$ 7.157.649	R\$ 50.252.002
ago/16	R\$ 46.576.875	R\$ 7.750.509	R\$ 54.327.384
set/16	R\$ 50.139.315	R\$ 8.329.095	R\$ 58.468.410
out/16	R\$ 53.730.867	R\$ 8.928.525	R\$ 62.659.392
nov/16	R\$ 58.849.921	R\$ 9.807.745	R\$ 68.657.667
dez/16	R\$ 65.548.225	R\$ 11.032.664	R\$ 76.580.888

Segundo a Coabe, o crescimento de 11,54% das Provisões Matemáticas, em dezembro/2016, foi motivado pelo recebimento das contribuições incidentes sobre o 13º salário (R\$ 2.396.951,55) e do recebimento de contribuições retroativas (R\$ 247.943,24). A variação mensal da cota do plano foi de: 1,13% em julho/2016, 1,25% em agosto/2016, 1,05% em setembro/2016, 0,77% em outubro/2016, 0,72% em novembro/2016 e 1,06% em dezembro/2016 (variação apurada com base na cota do último dia útil do mês de referência sobre a cota do último dia útil do mês anterior).

6.6. Monitoramento das obrigações atuariais

Em 21 de janeiro de 2016, a Funpresp-Jud recebeu o Ofício-Circular nº 01/DITEC/PREVIC, de 20 de janeiro de 2016, o qual tratou da suspensão do prazo para envio à PREVIC das Estatísticas de Benefícios e População relativas ao 1º e 2º semestres de 2015, esclareceu ainda, que em data oportuna será definido o novo prazo para envio das informações.

Cabe citar a Instrução MPS/PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e

assistidos do plano de benefícios. Sua aplicação é facultativa para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015 e obrigatória a partir do exercício de 2016.

A Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, exigia que tais estudos fossem realizados por planos cujos benefícios tivessem seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio fosse determinado atuarialmente, bem como para os planos que adquirissem característica de benefício definido na fase de concessão.

A nova Instrução passou a exigir o estudo para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido, como é o caso da conta de registro do FCBE.

A Coabe efetua o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios, em observância à legislação aplicável, cabendo, para fins de avaliação atuarial, a realização do estudo de aderência nos moldes da Instrução supracitada.

6.7. Consistências e controles

Durante a revisão do Planejamento Estratégico 2016-2020 foram definidas metas, ações e indicadores vinculados às atividades da Diretoria de Seguridade, responsável pela gestão da base cadastral e financeira dos Participantes da Fundação. O plano de ação das áreas é acompanhado pela Diretoria Executiva.

Mensalmente a Coabe realiza atividades de consistência para o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios.

Relevante dizer que desde o primeiro semestre de 2016 as informações analisadas pela Coabe são extraídas diretamente do módulo previdencial do sistema Trust, uma vez que as autorizações financeiras referentes ao processo de arrecadação passaram a ser geradas de forma automática, após a conversão e importação dos arquivos de arrecadação no módulo previdencial, deixando de ter interferência manual, mitigando assim o risco de falha humana.

O resultado do trabalho realizado pela Coabe é analisado pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), que por sua vez providencia as ações necessárias ao ajuste das informações no sistema previdencial.

Além disso, a Coarc realiza o acompanhamento da evolução das informações cadastrais e financeiras, destacando-as em relatório específico, inclusive com a demonstração dos resultados mensais dos indicadores de gestão vinculados às suas atividades.

Um grande avanço dos controles e da consistência das informações foi registrado no Painel de Transparência e Governança da Funpresp-Jud, divulgado em setembro de 2016. Trata-se de ferramenta de comunicação de resultados da Fundação que compartilha informações, usando visualização e interação com indicadores por meio da tecnologia de *Business Intelligence*.

O painel apresenta *dashboards* que possibilitam a análise de série histórica, desde 2013, e panorama geral sobre participantes, patrocinadores, patrimônio, receitas (contribuições) e despesas, proporcionando aos órgãos de governança acompanhar e aperfeiçoar a gestão de metas e indicadores, visando tomada de decisões para execução da estratégia e maximização dos resultados.

Comentários

A evolução das conciliações realizadas pelas Coordenadorias de Arrecadação e de Cadastro e de Atuária e de Benefícios possibilitou que todas as contribuições recebidas pela Fundação estejam devidamente apropriadas nas contas individuais dos participantes e registradas igualmente nos balancetes contábeis da Fundação, conforme constatou-se após as análises mensais realizadas pela Ascoi, referentes aos lançamentos contábeis registrados nos balancetes da Fundação.

Além dos relatórios emitidos e publicados pelas referidas coordenadorias, estão registrados em relatório específico da Coabe as inconsistências apuradas mensalmente, com o detalhamento e a abertura que possibilitam a Ascoi o acompanhamento das providências necessárias. Por sua vez, a Coarc oficializa os ajustes realizados em Despacho juntado aos relatórios detalhados da Coabe.

Vale registrar que ainda está em fase de melhoria o processo de verificação das inconsistências financeiras, bem como seu acompanhamento pela Coarc.

Considerando os dispositivos constantes dos normativos vigentes, mantém-se a recomendação de que o aperfeiçoamento deste processo tenha prioridade e os controles sejam implantados de forma tempestiva, para garantir os direitos dos participantes.

Verifica-se que as premissas e hipóteses atuariais estão aderentes e observam a legislação em vigor, bem como os resultados atuariais do plano apresentam adequada evolução.

Além do acompanhamento realizado pela Coabe, a empresa de auditoria externa realiza anualmente análise quanto à razoabilidade das premissas atuariais utilizadas e testes de consistência da base de dados dos participantes e assistidos.

Importante zelar pela atualização dos dados cadastrais, para tanto, é recomendável que se mantenham as rotinas de recadastramento e testes de consistência, de forma a se obter as informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.

7. Governança

O Conselho Deliberativo aprovou na sua 10ª Sessão Ordinária, realizada em 04 de novembro de 2015, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, o qual consolida as regras e os princípios que norteiam a Fundação, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre seus Participantes, Patrocinadores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva, empregados, colaboradores, Auditoria Independente, Comitês, de forma a convergir as boas práticas de governança em recomendações objetivas, visando a defesa dos interesses da Entidade.

Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a Política de Alçada Decisória da Funpresp-Jud, que visa estabelecer responsabilidades, critérios e limites para as aprovações relacionadas à tomada de decisão, especialmente as que envolvam recursos orçamentários e financeiros.

A primeira versão do Código de Ética e de Conduta da Funpresp-Jud foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 2ª sessão ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2014, já em sua 11ª sessão ordinária de 2016, realizada em 09 de novembro de 2016, o CD aprovou a alteração do Código de Ética

e de Conduta, conforme alterações sugeridas pelo Comitê de Ética e pela Diretoria Executiva da Fundação.

Em atendimento ao disposto no item 7.2 do Código de Ética, em 28 de outubro de 2015, por meio da Portaria CD nº 5, o Conselho Deliberativo designou os membros para composição do Comitê de Ética da Funpresp-Jud.

Verifica-se que o Código de Ética e de Conduta está aderente às recomendações constantes do Guia de “Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar” editado pela PREVIC em setembro de 2012.

8. Plano de monitoramento e avaliação do planejamento estratégico

O Conselho Deliberativo emitiu em 1º de junho de 2016 a Resolução-CD nº 05, que instituiu o Planejamento Estratégico 2016-2020.

A partir das perspectivas e objetivos aprovados a Diretoria Executiva propôs ao Conselho Deliberativo as metas e indicadores vinculadas a cada objetivo estratégico, os quais foram aprovados na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 06 de julho de 2016.



Cumprir frisar que nem todas as ações possuem um indicador correspondente, a fim de não haver uma sobrecarga de captação de informações. Desse modo, existem 55 ações e 42 indicadores estratégicos de desempenho.

Verifica-se que existe um monitoramento contínuo do cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como do resultado dos indicadores de gestão, visando assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

O monitoramento do Planejamento Estratégico, de suas respectivas metas e ações, bem como do resultado dos indicadores de gestão é realizado mensalmente e demonstrado no relatório mensal emitido pela Presidência, encaminhado aos Conselhos Fiscal e Deliberativo e disponibilizado na área de transparência do site da Funpresp-Jud.

9. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Funpresp-Jud, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, em sua 8ª Sessão Ordinária de 03 de agosto de 2016. A Política foi elaborada com o objetivo de definir as diretrizes a serem observadas para identificação, avaliação, controle e monitoramento contínuo dos riscos e dos controles internos da Fundação, visando ao fortalecimento do ambiente de governança corporativa e à aderência dos controles internos aos normativos vigentes.

Anualmente, serão realizados ciclos de avaliação da Fundação, cujos resultados serão analisados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O acompanhamento do plano de ação resultante do processo de avaliação deverá ser realizado pela Assessoria de Controle Interno, no mínimo semestralmente, juntamente com a emissão dos relatórios de controles internos, que subsidiam a manifestação do Conselho Fiscal da Funpresp-Jud.

Com base nas diretrizes definidas na Política de Gerenciamento de Riscos da Fundação e com o objetivo de definir as prioridades e o cronograma das atividades de monitoramento do exercício de 2017, bem como de apresentar os critérios de avaliação das áreas internas e das atividades a serem monitoradas no âmbito do primeiro ciclo de autoavaliação, a Assessoria de Controles Internos desenvolveu o Plano de Controle Interno (PCI), aprovado pela Diretoria Executiva em sua 5ª reunião ordinária de 30 de janeiro de 2017.

Relevante destacar que além da Política de Gerenciamento de Riscos, também foram aprovadas as Políticas de Comunicação e a Política de Segurança da Informação. A aprovação de políticas que norteiam a gestão e operacionalização dos processos da Funpresp-Jud, demonstram a maturidade e a transparência dos processos da Entidade.

No contexto operacional atual da Fundação, observa-se que, além das atividades de rotina, está em curso uma série de questões estruturantes, entre elas o mapeamento e a Manualização dos processos da Entidade.

Até o momento foram institucionalizados os manuais de processos das seguintes áreas:

- ✓ Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc);
- ✓ Coordenadoria de Contabilidade (Ccont);
- ✓ Coordenadoria de Investimentos e Finanças (Coinf);
- ✓ Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep);
- ✓ Relacionamento com Participantes (Relpa);
- ✓ Coordenadoria de Tecnologia e informação (Cotec) – Processo de Suporte ao usuário;
- ✓ Secretaria do Gabinete.

Está em fase de execução o mapeamento dos processos da Assessoria de Comunicação e Marketing, da Coordenadoria de Atuária e Benefícios e da Coordenadoria de Administração e Finanças.

9.1. Certificação dos administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos

Sobre o processo de certificação a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, define em seu art. 8º que *“A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.”*

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, define regras quanto ao processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, conforme transcrito a seguir:

“Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

I- membro da diretoria-executiva;

II- membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;

III- membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e

IV- demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

§ 1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.

Neste sentido, todos os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo, exceto um conselheiro suplente do Conselho Deliberativo, estão devidamente certificados.

Quanto ao Comitê de Investimentos e Riscos – COINV todos os seus membros encontram-se certificados, a exceção do membro suplente Jorge Luis da Silva Lustosa, que está afastado do Comitê, até que seja obtida sua certificação.

9.2. Habilitação da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

Sobre o processo de habilitação a Instrução 28, de 12 de maio de 2016, define em seu art. 6º que *“O exercício como membro de diretoria-executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal, depende da prévia obtenção do Atestado de Habilitação de Dirigente de EFPC ou Conselheiro de EFPC a ser expedido pela Previc.”*

Em seu art. 15, define que *“A EFPC terá o prazo de até cento e oitenta dias para envio da documentação de que trata o art. 8º em relação aos membros do conselho deliberativo, da diretoria-executiva e do conselho fiscal que estiverem em exercício na data de entrada em vigor desta Instrução”, a contagem do prazo se deu a partir do dia 1º de julho de 2016.*

Em 25 de agosto de 2016, a Previc emitiu as habilitações de todos os membros da Diretoria Executiva da Fundação.

Em 21 de dezembro de 2016, por meio dos Ofícios 783 e 784/PRESI-DE, a Fundação encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) os documentos para habilitação de todos os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal e de todos os membros titulares e parte dos membros suplentes do Conselho Deliberativo.

Em 1º de fevereiro de 2017, a Previc emitiu a Nota Técnica nº 206/2017/PREVIC, comunicando o deferimento dos Atestados de Habilitação para os membros titulares e parte dos membros suplentes do Conselho Deliberativo, conforme pedido encaminhado por meio do Ofício 784/PRESI-DE.

No entanto, devido ao volume de demandas da Previc quanto à emissão de habilitação de dirigentes e conselheiros, ainda não recebemos a resposta daquela autarquia acerca do processo de habilitação dos membros do Conselho Fiscal.

9.3. Análise das certidões negativas da Funpresp-Jud

Mensalmente esta Ascoi realiza a análise das Certidões Negativas da Funpresp-Jud (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) para verificação da validade e regularidade de cada certidão.

Após as análises realizadas, verificou-se que as certidões emitidas até fevereiro de 2017 estão válidas e atestam a regularidade da Funpresp-Jud junto à Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e Caixa Econômica Federal (quanto ao FGTS).

As análises estão registradas em manifestação específica da Ascoi e encaminhadas aos órgãos de governança para conhecimento e acompanhamento.

9.4. Ferramenta de gerenciamento de riscos

Considerando o objetivo estratégico OE 4 - Ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado, o projeto previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Funpresp-Jud, de aquisição da ferramenta tecnológica de gerenciamento de riscos, foi aperfeiçoado, considerando os princípios da economicidade e efetividade nas contratações, a Diretoria de Administração, envidará esforços para conseguir junto ao Ministério Público Federal a cessão de uso do software de gestão estratégica, daquele órgão, o que representou uma economia nas despesas administrativas da Fundação.

Além disso, com o intuito de oferecer soluções eficazes para geração e análise de informações relevantes para auxiliar no processo gestão e controle de riscos, a utilização desse sistema estará associado a utilização do software de Business Intelligence (BI) e do software de gestão previdenciária (TrustPrev), e constituirá uma parte efetiva da implantação da gestão de riscos na Fundação.

9.5. Acompanhamento das obrigações legais

Para monitorar o cumprimento dos prazos legais, a Funpresp-Jud utiliza o software “Calendário de Obrigações”, disponibilizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

Anualmente são associadas aos respectivos responsáveis as obrigações legais com periodicidade anual, semestral, mensal e quinzenal, e quando aplicável.

O monitoramento do cumprimento das obrigações é realizado por esta Ascoi, a fim de mitigar o risco do descumprimento das obrigações por parte áreas técnicas da Funpresp-Jud.

9.6. Acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal

Destaca-se o acompanhamento das atas do Conselho Fiscal realizado pela Diretoria Executiva da Fundação, para monitoramento e cumprimento das recomendações efetuadas.

Em 10 de agosto de 2016, por meio do Ofício nº12/CF, o Conselho Fiscal encaminhou ao Conselho Deliberativo seu Relatório de Controles Internos, referente ao 2º semestre de 2015, no qual restaram recomendações à Diretoria Executiva da Fundação.

Por meio do Ofício nº 681/PRESI-DE, de 30 de agosto de 2016, a Diretoria Executiva encaminhou ao Conselho Deliberativo os esclarecimentos e providências adotadas para cada uma das recomendações elencadas no referido relatório.

Por sua vez o Conselho Deliberativo emitiu Ofício nº 003/CD/Funpresp-Jud, de 25 de outubro de 2016, com recomendações à Diretoria Executiva, em relação aos apontamentos do Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva, encaminhou ao Conselho Deliberativo, em 25 de novembro de 2016, por meio do Ofício nº 758/PRESI-DE, de 25 de novembro de 2016, os esclarecimentos e as providências para cada uma das recomendações do Conselho Deliberativo.

Para atendimento a recomendação do Conselho Fiscal, em 14 de dezembro de 2016, o Conselho Deliberativo autorizou a contratação da empresa UHY Moreira para realizar auditoria externa, referente aos investimentos durante o 2º semestre de 2015.

O relatório emitido pela Auditoria Externa UHY, referente à análise dos investimentos do 2º semestre de 2015, foi encaminhando ao Conselho Fiscal, por meio do Ofício nº 43/PRESI-DE, de 30 de janeiro de 2017.

Restou no relatório apenas uma recomendação quanto a implantação do cálculo da rentabilidade por segmento de aplicação, a qual foi acatada e já encontra-se disponível nos relatórios de investimentos emitido pela Dirin, desde o mês de dezembro de 2016.

9.7. Acompanhamento das auditorias dos patrocinadores

Em 08 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Conjunta STF/TST/MPU nº 1, de 18 de dezembro de 2015, que constituiu a Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, para realização dos trabalhos de auditoria referente ao exercício de 2015.

Por meio do Ofício nº 82/GDG, de 10 de maio de 2016 o Patrocinador Supremo Tribunal Federal, encaminhou à Fundação o relatório elaborado pela comissão de auditoria dos patrocinadores.

A Diretoria Executiva aprovou em sua 20ª Reunião Ordinária a Nota de Esclarecimentos com as providências e os esclarecimentos para os apontamentos constantes do referido relatório; em

atendimento ao Ofício nº 7/CF. A nota foi encaminhada aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, respectivamente, por meio dos ofícios nº 569 e 570/PRESI-DE, ambos de 23 de maio de 2016.

Em observância ao disposto no parágrafo único do art. 25 da LC 108/2001, a Fundação encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a cópia do relatório emitido pela Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, bem como seus desdobramentos.

Por meio dos Ofícios 30 e 31/PRESI-DE, de 24 de janeiro de 2017, a Fundação questionou o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público da União sobre a realização da auditoria dos patrocinadores na Funpresp-Jud referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, mas até o momento não obtivemos resposta.

9.8. Acompanhamento dos apontamentos da Previc

No exercício de 2016 não houve recomendações e/ou apontamentos pela Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

10. Conclusões

O presente Relatório apresentou o acompanhamento, consubstanciado nos relatórios gerenciais das áreas, quanto à aderência da gestão dos recursos garantidores às normas e à política de investimentos, à aderência das premissas e hipóteses atuariais e o acompanhamento da execução orçamentária, em face dos normativos vigentes. Analisou igualmente as ações relacionadas à estruturação dos controles internos e à gestão de riscos da Entidade.

No aspecto da avaliação de riscos, destaca-se o Plano de Controle Interno (PCI) aprovado e que será implementado no exercício de 2017, cujos resultados do primeiro ciclo de autoavaliação poderão ser analisados já no relatório de controles internos referente ao 1º semestre de 2017.

O controle de processos e procedimentos internos de 2016 foi cumprido pelo monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, de suas atividades e dos respectivos riscos, bem como pelo acompanhamento das recomendações às áreas técnicas e dos órgãos de governança.

Por fim, conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão adequadas, refletindo o comportamento do Plano de Benefícios, bem como há adequação na gestão dos investimentos e na execução orçamentária, estando enquadradas na legislação vigente.

Brasília, 13 de março de 2017.

Fabíola Silva Carvalhede

Assessora de Controle Interno

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO

Diretora-Presidente